

Crédito rural e rede bancária no Nordeste Paraense: evolução e concentração espacial, 2000-2010

Fabício Khoury Rebello¹
Alfredo Kingo Oyoma Homma²
Marcos Antônio Souza dos Santos³
Roberto Ribeiro Corrêa⁴

RESUMO: Analisa a evolução e distribuição espacial das aplicações de crédito rural e da rede bancária no Nordeste Paraense (PA), entre 2000-2010. Os dados utilizados são do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Banco Central do Brasil (BACEN). Os resultados indicam que apenas 8,09% dos estabelecimentos agropecuários obtiveram acesso aos recursos de crédito rural. No período foram contratadas 146.969 operações, correspondendo a um valor de R\$ 1,3 bilhão, dos quais 55,39% foram aplicados em atividades agrícolas e 44,61% em pecuária. O Índice Normalizado de Crédito Rural (INCR) permitiu identificar que 11 municípios são agrícolas, 18 medianamente agrícolas, 14 medianamente pecuaristas e 6 pecuaristas, evidenciando um certo equilíbrio entre as especialidades. Espacialmente, no entanto, há concentração do crédito, pois cinco municípios (10,20%) absorveram um terço dos recursos alocados. O perfil das aplicações é marcado por intensa flutuação, evidenciando a descontinuidade da política e deixado de contribuir mais efetivamente com a modernização e o desenvolvimento da produção agropecuária. A recente expansão da rede de agências, embora desejável, não deverá repercutir favoravelmente na melhoria do acesso ao crédito rural.

Palavras-chave: Concentração de Crédito, Desenvolvimento Rural, Financiamentos Agropecuários, Política Agrícola, Estado do Pará.

ABSTRACT: The study analyzes the evolution and spatial distribution of rural credit implementation and banking network in the Northeast of the state of Pará between 2000 -2010. The data used are from the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE) and the Brazilian Central Bank (BACEN). The results indicate that only 8.09% of the agricultural and livestock sector had access to rural credit. During that period 146,969 operations were made corresponding to R\$ 1.3 billion reals, with 55.39% channeled to agricultural activities and 44.61% to livestock. The Normalized Index for Rural Credit (INCR) showed that 11 municipalities are mainly agricultural, 18 moderately agricultural, 14 moderately livestock and 6 completely livestock, showing a certain balance between specialties. Spatially, however, there is a certain credit concentration because five municipalities (10.20%) obtained one third of all available resources. The profile of loans is marked by intense fluctuations, showing the discontinuity of the policy and ceasing to contribute more effectively to modernization and development of agricultural and livestock production. The recent expansion of bank agency network, although desirable, will not have a positive effect on the improvement of rural credit access.

Keyword: Credit concentration, Rural development, Livestock financing, Agricultural policy, State of Pará.

¹ Economista, Dr., Professor da Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA). E-mail:fabricao.rebello@ufra.edu.br.

² Engenheiro Agrônomo, Dr., Pesquisador da Embrapa Amazônia Oriental. E-mail:alfredo.homma@embrapa.br.

³ Engenheiro Agrônomo, M.Sc., Professor da Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA). E-mail:marcos.santos@ufra.edu.br.

⁴ Economista, Dr., Professor da Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: rocorrea@uol.com.br.

1 INTRODUÇÃO

O crédito é considerado como um dos elementos estratégicos do processo de desenvolvimento econômico. Schumpeter (1988) já destacava sua função como alavanca para estruturar e fazer fluir os canais do fluxo circular da economia.

Nas regiões menos dinâmicas, assume papel relevante na indução do processo de desenvolvimento, principalmente onde predomina um reduzido nível de capitalização entre os produtores e o atraso tecnológico.

No Brasil, o crédito rural foi institucionalizado pela Lei nº 4.829, de 5 de novembro de 1965, vindo, a partir daí, cumprir seus objetivos clássicos de facilitar a introdução de inovações tecnológicas e de gestão empresarial e, mais recentemente, nos padrões modernos de respeito e conservação do meio ambiente. Vários autores, como Rebello, Santos e Souza (2008), destacam o papel do crédito rural, ao lado da pesquisa agropecuária e da extensão rural, como instrumento de política agrícola fundamental para implementar, na década de 1960, o processo de modernização da agricultura brasileira.

Sua relevância está em permitir o acesso a recursos financeiros, em tempo adequado, para a correta realização das exigências do ciclo biológico das atividades rurais, contribuindo, assim, para melhorar o nível tecnológico no meio rural, aumentar a oferta de produtos agrícolas e elevar o padrão de vida das populações rurais.

No campo empírico, muitas são as constatações sobre a influência do crédito de fomento para dinamizar uma economia. Lopes, Lopes e Bomfim (2011), por exemplo, demonstram a relação de dependência entre o volume de crédito rural concedido na safra 2009/2010 e o Produto Interno Bruto (PIB) Agrícola, indicando que o crédito rural respondeu por 65% do PIB agrícola do Brasil⁵.

Mesmo em economias desenvolvidas os mecanismos de oferta de crédito têm um papel destacado para minimizar as falhas de mercado, como ensina Joseph Stiglitz, ganhador do Prêmio Nobel de Economia de 2001. Assim, visando corrigir as distorções criadas no mercado imperfeito, o estado assume papel importante em áreas estratégicas, como na oferta de crédito especializado. Na economia norte-americana, por exemplo, 25% de todos os empréstimos concedidos possuem garantia do governo ou são concedidos por instituições públicas, demonstrando que o governo desempenha função relevante, inclusive no fomento as pequenas empresas onde a iniciativa privada falhou (STIGLITZ, 2000).

No Brasil, no que pese a importante decisão implementada na Constituição de 1988⁶, quando determinou a criação e destinação de recursos financeiros estáveis para o desenvolvimento das três regiões deprimidas do País – Norte, Nordeste e Centro-Oeste – ainda hoje se constata sérios problemas quanto à baixa cobertura e concentração espacial dos recursos em algumas atividades e áreas, deixando, muitas vezes, de

⁵ Na safra agrícola de 2009/2010 foram aplicados em crédito rural no País, sob todas as formas de linha de financiamento, cerca de R\$ 81,3 bilhões. Este montante de financiamento gerou um PIB agrícola da ordem de R\$ 124 bilhões.

⁶ A Constituição Federal de 1988, estabeleceu em seu Artigo 159, inciso I, Alínea “C”, a obrigatoriedade da União destinar 3% da arrecadação do Imposto de Renda e Imposto sobre Produtos Industrializados, para aplicação em programas de financiamento nos setores produtivos das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, através de suas instituições financeiras de caráter regional. A Lei nº 7.827, de 27.09.1989, regulamentou esse dispositivo constitucional, criando três Fundos. No caso da região Norte, foi constituído o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), cujo objetivo básico é contribuir para o desenvolvimento econômico e social dessa região.

contribuir mais efetivamente para promover efeitos *linkage* capazes de dinamizar essas economias periféricas.

No caso do estado do Pará, apenas 8,69% dos estabelecimentos agropecuários tiveram acesso aos recursos do crédito rural, conforme dados do Censo Agropecuário de 2006 (IBGE, 2011). Outra constatação é o fato do predomínio, no período de 2000 a 2010, da concentração de um terço dos recursos aplicados no crédito rural em apenas 10 municípios dos 143 existentes na economia paraense, assim como, a superioridade das aplicações na pecuária (71,47%) sobre a agricultura (28,53%) (SANTOS, REBELLO, SANTANA, 2011), quando a tendência nacional, nos últimos 10 anos, tem sido o contrário, ou seja, a liberação de áreas de pastagem para a expansão das áreas de lavoura (LOPES, LOPES, BOMFIM, 2011), justificada pelo aumento dos cultivos para produção de agroenergia, papel e celulose, látex, entre outros, e pelo ganho de produtividade na pecuária.

O presente estudo concentra-se na análise da realidade da mesorregião do Nordeste Paraense, estado do Pará, que compreende cinco microrregiões (Bragantina, Cametá, Guamá, Salgado e Tomé-Açu) e 49 municípios, ocupando uma superfície correspondente a 10,6% do estado (135.000 km²) e um contingente populacional de 1.789.556 habitantes, equivalente a cerca de 23,58% da população paraense (IBGE, 2011a). A área de estudo é uma das regiões de colonização mais antigas da Amazônia e importante centro de produção agrícola paraense (42,09%, 26,21% e 9,19% do VBP das culturas permanentes, temporárias e da pecuária, respectivamente), mas que a despeito das muitas políticas públicas canalizadas para lá, continua a sofrer problemas quanto ao atraso em seu desenvolvimento (REBELLO, 2012).

Assim, ao analisar a evolução e espacialização das aplicações de crédito rural e da rede bancária no Nordeste Paraense para o período de 2000 a 2010, sem perder de vista o contexto da dinâmica das concessões de crédito na economia paraense, pretende-se contribuir com indicativos de aprimoramento na política de crédito, visando à promoção do desenvolvimento mais sustentável na região.

2 METODOLOGIA

As bases de dados utilizadas foram obtidas no Censo Agropecuário 2006 (IBGE, 2011) e nos Anuários Estatísticos de Crédito Rural do Banco Central do Brasil (BACEN, 2011), no período de 2000-2010, e referem-se ao número e valor das operações de crédito agrícola, pecuário e total contratadas nos 49 municípios que compõem o Nordeste Paraense. Para eliminar o efeito da inflação sobre o valor das operações, utilizou-se o Índice Geral de Preços Disponibilidade Interna (IGP-DI) da Fundação Getúlio Vargas (FGV, 2011) para deflação dos dados.

Convém destacar que as estatísticas do BACEN contemplam todas as fontes de recursos operacionalizadas no crédito rural, como os recursos do tesouro nacional, poupança rural, Fundo de Amparo do Trabalhador (FAT), recursos do BNDES, Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) e outros. Os recursos do FNO são os mais significativos na economia da Região Norte, representando em média 51,37% da massa monetária disponibilizada ao longo do período analisado. A maior participação percentual foi verificada no ano de 2000, quando chegou a 83,32% dos recursos e a menor de 36,68%, no ano de 2005.

A classificação e espacialização dos municípios de acordo com a atividade principal financiada foi realizada por meio da determinação do Índice Normalizado de Crédito Rural (INCR), especificado por meio da seguinte expressão (TOLEDO NETO; COUTO JUNIOR, 2011):

$$INCR_i = \frac{CA_i - CP_i}{CA_i + CP_i}$$

Em que:

$INCR_i$ = Índice normalizado das aplicações de crédito rural do i-ésimo município do Nordeste Paraense;

CA_i = Valor das operações de crédito aplicado na atividade agrícola no período 2000-2010, no i-ésimo município do Nordeste Paraense;

CP_i = Valor das operações de crédito aplicado na atividade pecuária no período 2000-2010, no i-ésimo município do Nordeste Paraense.

Os valores do $INCR$ variam entre -1 e 1. Os municípios foram classificados em pecuaristas ($-1 \leq INCR < -0,5$); medianamente pecuaristas ($-0,5 \leq INCR < 0,0$); medianamente agrícolas ($0,0 \leq INCR < 0,5$) e agrícolas ($0,5 \leq INCR \leq 1,0$).

3 CRÉDITO RURAL NO NORDESTE PARAENSE

No Nordeste Paraense, considerando o período de 2000 a 2010, foram contratadas 146.969 operações de crédito rural, envolvendo a cifra de R\$ 1,3 bilhão, ou seja, 17,55% do valor aplicado no estado do Pará. O setor agrícola foi o maior beneficiado, com R\$ 716,98 milhões (55,39%). Ao setor pecuário, por sua vez, coube R\$ 577,45 milhões (44,61%) do montante do crédito alocado no período (Tabela 1 - Anexo).

Conforme dados do IBGE (2011), cerca de 8,09% dos estabelecimentos agropecuários do Nordeste Paraense receberam financiamentos em 2006. Das seis mesorregiões geográficas existentes no estado do Pará, o Nordeste Paraense ficou na terceira pior posição, tendo a média do estado ficado em 8,69%. Os municípios do Sudeste Paraense foram os que obtiveram a maior participação, ou seja, cerca de 12,73% de seus estabelecimentos foram contemplados com crédito no setor. A pior situação ficou com a mesorregião do Marajó, quando apenas 2,74% dos seus estabelecimentos foram beneficiados com crédito.

Os três municípios que mais receberam recursos do crédito rural foram Capitão Poço (R\$ 136,25 milhões), Tomé-Açu (R\$ 114,49 milhões) e Baião (R\$ 63,80 milhões) com, respectivamente, 10,53%, 8,85% e 4,93% dos recursos totais alocados na mesorregião. Quanto ao município de Baião, que desponta como uma surpresa nessa posição de destaque, cabe mencionar que as principais atividades financiadas são a pecuária (corte e leite) e pimenta-do-reino, cada uma com cerca de um quarto dos financiamentos, mandioca e algumas fruteiras (pupunheira e cacaueiro). O município que menos recebeu recurso foi Quatipuru, com R\$ 1,03 milhão (0,08%). É interessante notar que, por exemplo, os municípios de Capanema e Bragança, dois tradicionais polos do desenvolvimento na mesorregião não estão entre os maiores beneficiários do crédito rural, mesmo Bragança possuindo um universo de 1,65 vez mais estabelecimentos rurais

do que Capitão Poço (3.801 estabelecimentos rurais de Bragança contra 2.305 de Capitão Poço) e ter sido destaque entre as cidades médias que mais se desenvolvem no Brasil (CIDADES MÉDIAS, 2010). Outro caso emblemático é o do município de Cametá que possuindo o maior número de estabelecimento da mesorregião (9.633 estabelecimento) e tradição na agricultura ocupa apenas a quarta posição como tomado de recursos do crédito rural.

Esses fatos são indicativos da ausência de uma estratégia na alocação dos recursos. Aqui, inclusive, deixa-se de valorizar a infraestrutura socioeconômica estabelecida historicamente, como sugerem algumas teorias de concentração espacial, para se implementar uma atuação a partir de demandas espontâneas conforme a conjuntura de mercado e outras formas de pressão. Não se pode ceder à ilusão de que o mercado, deixado a si mesmo, age melhor.

Por outro lado, cabe destacar que o simples aumento da massa de recursos financeiro disponibilizado pela rede bancária não assegura, por si só, os resultados em matéria de produtividade, adoção de inovações tecnológicas e desenvolvimento econômico. Faz-se necessário ter estabelecido uma visão de futuro e suas conexões estratégicas para o ordenamento territorial e das sinergias entre as políticas públicas.

Quanto ao papel do sistema financeiro, principalmente das instituições de fomento, ressentem-se de um trabalho de inteligência capaz de levar aos seus clientes potenciais todo o leque de oportunidades a partir de uma lógica disruptiva e que favoreça choques de inovação e modernização do sistema de produção. Modo geral não se nota uma postura planejada, agindo-se ao sabor da demanda por crédito. Daí a urgência de um sistema de informação eficiente que ajude na análise e tomada de decisão. Da mesma forma, faz-se, também, necessário prospectar mercados e antecipar cenários e tendências. O estabelecimento de estratégia bem definida de atuação é importante para se sinalizar positivamente na criação de uma institucionalidade que possa favorecer a indução e o sucesso dos empreendimentos rurais.

Os municípios de Capitão Poço e Tomé-Açu, os melhores posicionados no contexto do Nordeste Paraense, quanto ao recebimento de crédito rural, ocupam, respectivamente, a 16ª e 21ª posição no *ranking* do estado do Pará. Antes deles, todos os municípios fazem parte do Sudeste Paraense, exceção de Novo Progresso (12ª posição) que se acha inserido no Sudoeste Paraense. Capitão Poço deve sua capacidade de captar recursos junto ao sistema financeiro a partir da citricultura e da pipericultura. Já Tomé-Açu pela articulação das formas cooperadas de produção, pecuária, cultivo da pimenta-do-reino, mandioca, fruticultura e da agroindústria.

Cabe destacar, ainda, que a média do volume do crédito rural aplicada nos 49 municípios do Nordeste Paraense, ao longo do período analisado, foi de R\$ 26,42 milhões, cerca de 51,21% da média observada para o estado do Pará (R\$ 51,59 milhões), indicando o baixo volume de recursos captados pelo setor rural desses municípios. A situação se distancia ainda mais quando comparada com a média recebida pelos municípios do Sudeste Paraense, quando chega a representar cerca de 23,30% (R\$ 113,37 milhões).

Considerando apenas o crédito agrícola, o maior beneficiário foi o município de Capitão Poço, com R\$ 66,14 milhões (11,45%) e o menor o município de Quatipuru que recebeu R\$ 0,30 milhão (0,04%). No crédito pecuário, o município de Tomé-Açu foi o que mais recebeu recursos, ou seja, cerca de R\$ 66,14 milhões (11,45%) e São João da Ponta, com 0,01% do volume de recursos, teve o pior desempenho.

Na Figura 1 pode-se verificar a especialização dos municípios do Nordeste Paraense, segundo o INCR. Especializados em agricultura, encontram-se 11 municípios (22,45% dos municípios do Nordeste Paraense) que juntos demandaram R\$ 296,44 milhões (22,90% dos recursos do crédito rural do Nordeste Paraense), onde os melhores desempenhos são Igarapé-Miri (INCR=0,9058) e São João da Ponta (INCR=0,9052). No estrato de Medianamente Agrícola, estão 18 municípios (36,73%), com aplicações no montante de R\$ 501,27 milhões (38,73% dos recursos), com destaque para Terra Alta (INCR=0,4684) e Nova Timboteua (INCR=0,4717).

Pecuaristas são apenas seis municípios (12,24%) que demandaram recursos da ordem de R\$ 170,37 milhões (13,16% dos recursos), onde Mãe de Rio teve o maior INCR. Medianamente Pecuarista, por sua vez, são 14 (28,57%), com R\$ 326,35 milhões aplicados (25,21%), com destaque para o município de Quatipuru (INCR=-0,4184).

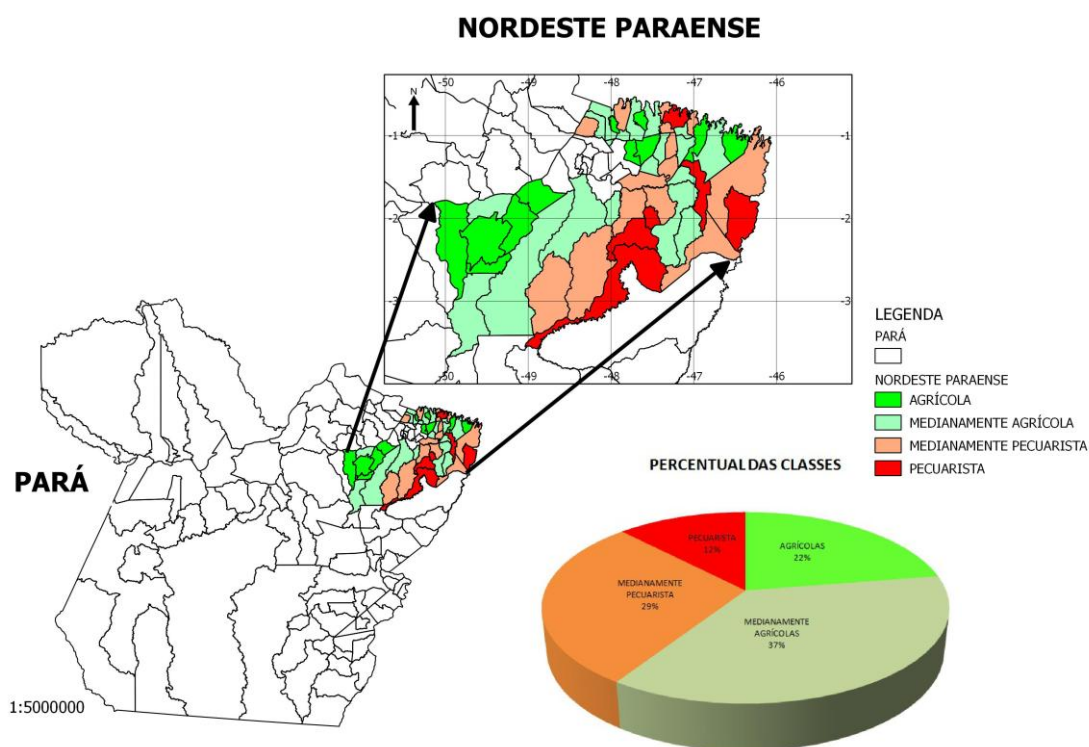


Figura 1: Especialização dos municípios do Nordeste Paraense de acordo com o Índice Normalizado de Crédito Rural (INCR), 2000-2010.

Fonte: elaborado a partir de dados do Banco Central do Brasil (BACEN, 2011).

A mesorregião do Nordeste Paraense obteve, como um todo, INCR da ordem de 0,1078, o que lhe caracteriza como Medianamente Agrícola, enquanto o estado do Pará despontou como Medianamente Pecuarista, puxados pelos desempenhos do Sudeste Paraense (Pecuarista) e Sudoeste Paraense (Medianamente Pecuarista).

A Figura 2 evidencia a relação entre os financiamentos destinados ao crédito agrícola e pecuário no Nordeste Paraense, entre os anos de 2000 e 2010. Observa-se, ao longo da série, exceção aos anos de 2002 e 2005, que o volume de crédito agrícola foi superior ao concedido à pecuária, contrastando com a realidade paraense que se configurou como pecuarista. Em 2000, a relação das concessões do crédito agrícola foi

de 1,81 vez maior do que o pecuário, assumindo o valor de máximo na relação agricultura/pecuária. O ano de 2002, por sua vez, foi o valor de mínimo dessa relação (0,51). Em nenhum dos anos o valor aplicado na agricultura chegou a ser o dobro dos recursos liberados para a pecuária. Na maioria da série houve certo equilíbrio entre as duas atividades, como nos anos de 2001, 2003, 2006, 2008 e 2009, puxados, certamente, pelo perfil predominante dessa mesorregião para a produção familiar que valoriza os aspectos da diversidade na produção.

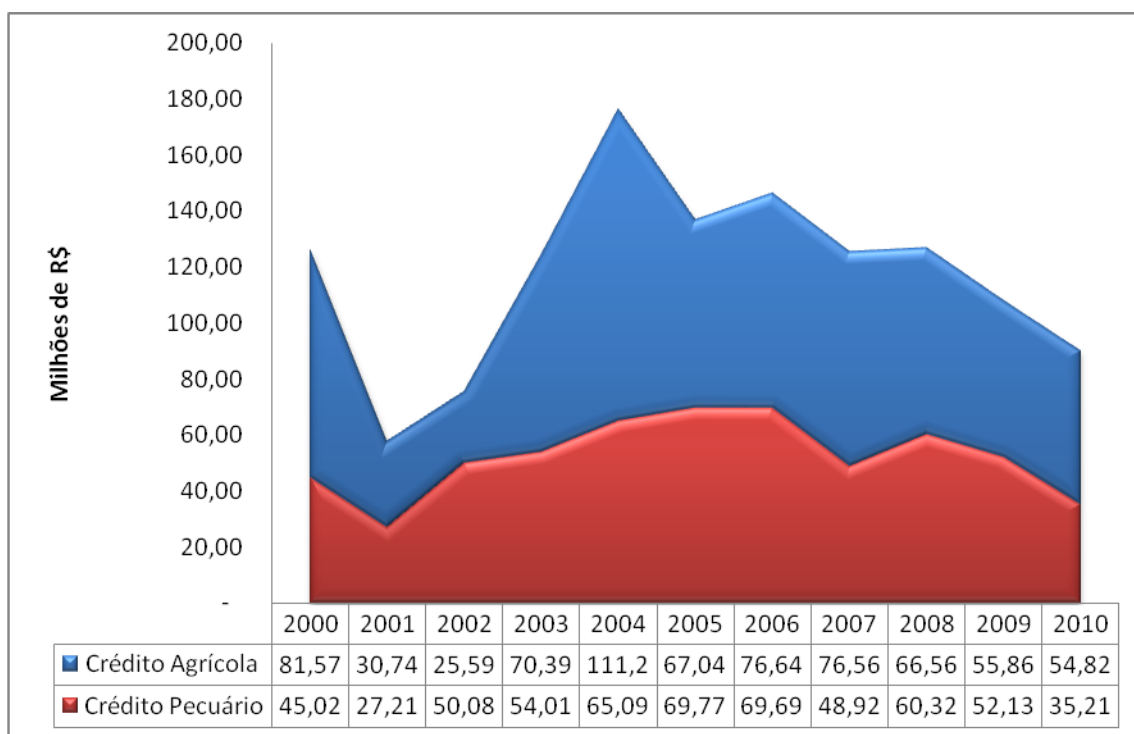


Figura 2: Evolução das contratações de crédito rural (agrícola e pecuário) no Nordeste Paraense, 2000-2010.

Fonte: elaborado a partir dos dados do Banco Central do Brasil (BACEN, 2011).

Como observado para o conjunto do estado do Pará (SANTOS; REBELLO; SANTANA, 2012), e conforme apontado nos estudos de Nascimento, Santos e Almeida (2011) e Barros (1987) o comportamento da aplicação do crédito no Nordeste Paraense não evidenciou uma estratégia alocativa. Ao contrário, no Nordeste Paraense, nos dois últimos anos, as instituições financeiras têm restringido, por exemplo, o crédito ao feijão-caupi, um dos produtos importantes da pauta de produção de vários municípios dessa mesorregião, diante dos problemas enfrentados pela atividade e dos riscos de inadimplência.

3.1 Topologia da rede de agências no Nordeste Paraense

Os 49 municípios do Nordeste Paraense são atendidos pela rede bancária, sendo que 16 (32,65%) só possuem a estrutura de Postos Avançados de Atendimento (PAA)⁷.

⁷ PAA é a dependência de banco que só poderá ser instalada em praça desassistida de serviços bancários prestados por Agência ou outro PAA, ficando os serviços a serem prestados pelo PAA ao abrigo da estrutura de uma Agência Madrinha da mesma rede bancária. A abertura de outra agência/PAA de **SOCIEDADE E DESENVOLVIMENTO RURAL** *on line* - v.7, n. 4- Nov - 2013. ISSN 1981-1551 www.inagrodf.com.br/revista

A Tabela 2 (ver anexo) apresenta a cobertura bancária por município e a respectivas datas de fundações das agências.

A Figura 3 ilustra a dinâmica de abertura de agências no Nordeste Paraense e no estado do Pará que, como se sabe, está relacionada à expansão da economia em cada época. Percebe-se que entre os anos de 1944 a 1956 a mesorregião do Nordeste Paraense possuía 46,67% de toda a rede bancária do estado, refletindo sua posição de destaque na produção agropecuária e abastecimento de Belém, favorecido pela condição de escoamento proporcionada pela Estrada de Ferro de Bragança (EFB).

Nas décadas de 1960 a 1990, a rede de agências estabelecidas no Nordeste Paraense manteve uma participação, em torno de 23,00%. Nas duas décadas seguintes, no entanto, perdeu considerável participação relativa, indicando a existência de áreas mais dinâmicas na economia paraense, impulsionadas, principalmente, pela economia da mineração no Sudeste Paraense. É Interessante perceber que nos dois últimos anos foram abertas 17 novas agências no Nordeste Paraense, fazendo com que a participação relativa saltasse de 8,40%, na década passada, para 31,03% (Figura 3), reflexo, em boa parte, da nova economia da palma de óleo que atraiu, no início da década, três poderosos grupos empresariais visando à produção de biodiesel.

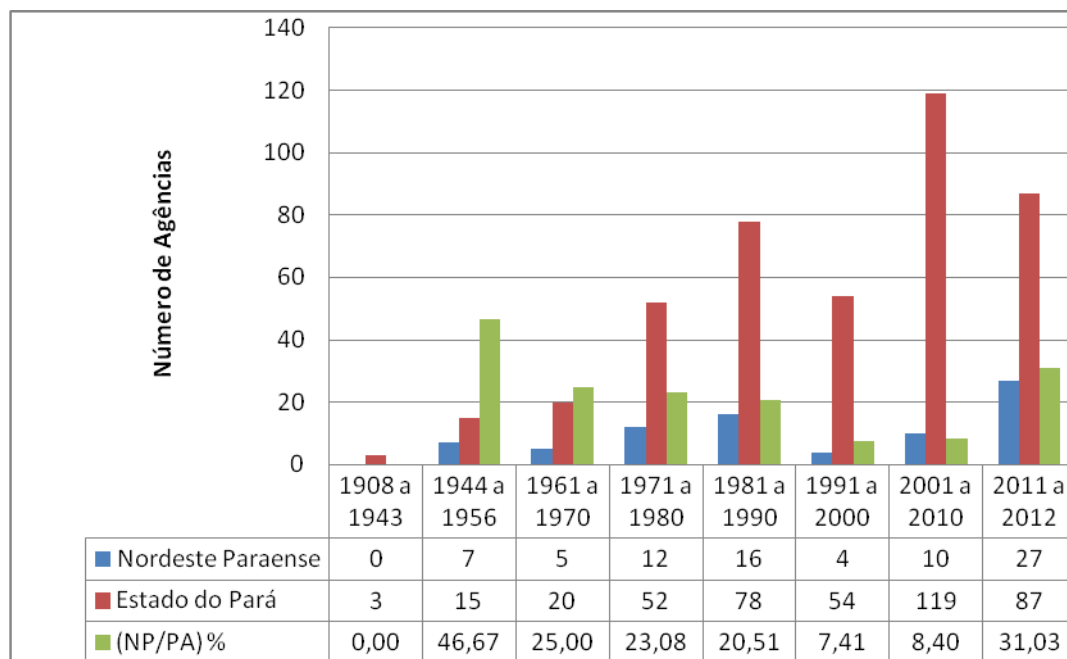


Figura 3: Evolução e participação (%) da rede de agências bancárias no Nordeste Paraense, mar. 2012.
Fonte: BACEN (2012a; 2012b).

instituição concorrente, nessa praça, obriga a sua transformação em agências, ou fechamento, conforme determinam as orientações do BACEN.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No Nordeste Paraense a distribuição setorial na alocação do crédito rural se mostrou mais equilibrada do que a observada para o conjunto do estado do Pará, onde a pecuária absorveu 71,47% dos recursos. Embora o setor agrícola tenha sido o mais beneficiado, com R\$ 716,98 milhões (55,39%), o setor pecuário, participou com 44,61% (R\$ 577,45 milhões) dos recursos. Espacialmente, no entanto, o comportamento guardou a mesma tendência do estado, ou seja, mostrou-se bastante concentrado, tendo cinco municípios (10,20%) absorvido um terço do valor aplicado no período.

O INCR calculado para o Nordeste Paraense o caracteriza como medianamente agrícola. Os municípios especializados em agricultura são 11 (22,45%) e medianamente agrícolas, 18 (36,73%), juntos respondem por 59,18% dos municípios da mesorregião.

Verifica-se, também, uma grande oscilação no comportamento da alocação do crédito. Estes resultados apontam para a necessidade de ações mais efetivas do Governo, em todas as esferas, e, particularmente, das Instituições Financeiras de Fomento, visando ampliar a cobertura das aplicações nos municípios e viabilizar o acesso ao crédito a um maior contingente de produtores rurais.

Uma estratégia interessante, por parte do agente financeiro, seria a criação de programas que estimulassem a modernização da agricultura como forma de tornar as atividades produtivas mais competitivas e menos agressiva ao meio ambiente, contribuindo, inclusive, para evitar o avanço sobre a cobertura florestal nativa, como sugerem Rebello, Santos e Homma (2011) em estudo sobre a modernização da agricultura no Nordeste Paraense.

No âmbito das políticas agrícolas há de se pensar estratégias para canalizar esforços concentrados e coordenados, envolvendo os agentes em iniciativas voltadas para os principais arranjos produtivos da economia do estado. Há de se considerar nesse planejamento o sistema de infraestrutura e a rede urbana já disponibilizada, facilitando em muito a logística da produção e seu escoamento.

Quanto à recente expansão da rede bancária no Nordeste Paraense percebe-se dois fenômenos. O primeiro, decorrente da atuação do Bradesco como correspondente bancário, por uma década, o que lhe permitiu acumular conhecimento para instalar unidades em praças desassistidas, como estratégia para compensar a perda desse mercado para o Banco do Brasil, ocorrida em 2011. Outro fator é o momento econômico que vive a economia do Nordeste Paraense, proporcionado pelas perspectivas do óleo de palma entre outros projetos econômicos. Ainda que a expansão da rede de agências seja um fator favorável para aquecimento do comércio local, em razão da maior circulação de moeda na praça, isso não implicará em maior oferta e acesso ao crédito rural, uma vez que boa parte das instituições financeiras entrante não disponibiliza produtos e serviços adequados a realidade e porte do segmento rural da região.

AGRADECIMENTOS

A Fundação Instituto para o Desenvolvimento da Amazônia (FIDESA) pelo apoio financeiro prestado a realização da tese de doutorado do primeiro autor, de onde o presente artigo foi extraído.

REFERÊNCIAS

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Anuário Estatístico do Crédito Rural**. Disponível em: <http://www.bacen.gov.br>. Acesso em: 27 ago. 2011.

_____. **Agências de instituições bancárias sob a supervisão do Bacen, em funcionamento no País**. BACEN/DESIG, 2012a.

_____. **Postos de instituições sob a supervisão do Bacen, em funcionamento no País**. BACEN/DESIG, 2012b.

BARROS, J. R. M. Transição e descontinuidade no crescimento agrícola. In: Dias, G. L. S.; Barros, J. R. M. **Fundamentos para uma nova política agrícola**. Brasília: Companhia de Financiamento da Produção, 1983 (Coleção Análise e Pesquisa nº 26).

CIDADES MÉDIAS. **Veja Especial**. Edição 2180, ano 43, n. 35. 1 set. 2010.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **FGVDADOS**: Informação Econômica On-line. Disponível em: < <http://fgvdados.fgv.br> > Acesso em: 27 ago. 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário 2006**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 27 ago. 2011.

_____. **Censo demográfico 2010**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatística/população/censo2010/população_por_municipio_zip.shtm>. Acesso em: 2 fev. 2011a.

LOPES, I. G. V.; LOPES, M. R.; BOMFIM, R. C. Código florestal e agricultura. **Revista de Política Agrícola**. Ano XX, n.2, abr./maio/jun.2011.

NASCIMENTO, M. N. C. F.; SANTOS, M. A. S.; ALMEIDA, R. H. C. Evolução e distribuição espacial das aplicações de crédito rural no estado do Amapá na primeira década do século 21. **Revista de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP**. N. 4, dez. 2011, p.79-94.

REBELLO, F. K. Da lenha ao óleo de palma: a transformação da agricultura no Nordeste Paraense. 2012. 323 f. **Tese** (Doutorado em Ciências Agrárias) - Universidade Federal Rural da Amazônia, Belém, 2012.

REBELLO, F. K.; HOMMA, A. K. O. Estratégias para reduzir desmatamentos e queimadas na Amazônia In: VEIGA, J. E. (Org.). **Economia socioambiental**. 1 Ed. SENAC São Paulo, 2009, p. 235-261.

REBELLO, F. K.; SANTOS, M. A. S.; HOMMA, A. K. O. Modernização da agricultura nos municípios do Nordeste Paraense: determinantes e hierarquização no ano de 2006. **Revista de Economia e Agronegócio**, Viçosa, MG, v.9, n.2, p. 209-232, 2011.

REBELLO, F. K.; SANTOS, M. A. S.; SOUZA, D. M. F. Modernização da agricultura regional: contribuições do Banco da Amazônia no período de 1989 a 2007. **Contexto Amazônico**. Belém (PA), 2008. p. 1-4.

SANTOS, M. A. S.; REBELLO, F. K.; SANTANA, A. C. Evolução e espacialização das aplicações de crédito rural no estado do Pará na primeira década do século 21. In: V Simpósio Internacional de Geografia Agrária e VI Simpósio Nacional de Geografia Agrária, 2011, Belém (PA). Questões Agrárias na Panamazônia no século XXI: usos e abusos do território. **Anais...**Belém (PA): Açáí, 2011. v. 1. p. 1-15.

SCHUMPETER, J. **Teoria do desenvolvimento econômico**: uma investigação sobre o lucro, capital, crédito, juros e o ciclo econômico. São Paulo: Nova Cultura, 1988. 169 p. (Coleção os Economistas).

STIGLITZ, J. Distribuição, eficiência e voz: elaborando a segunda geração de reformas. In: TEÓFILO, E. (Org.). **Distribuição de riqueza e crescimento econômico**. Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2000.

TOLEDO NETO, E. R., COUTO JUNIOR, A. F. **Índice Normalizado de Agricultura e Pecuária (INAP) para caracterização da dinâmica de concessão de crédito rural em Goiás**. In: Anais XV Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto - SBSR, Curitiba, PR, Brasil, 30 de abril a 05 de maio de 2011, INPE p.176.

Anexos

Tabela 1: Quantidade e valor das operações de crédito rural contratadas por município do Nordeste Paraense e seu respectivo INCR, 2000 a 2010.

Municípios	Crédito Agrícola			Crédito Pecuário			Crédito Total			INCR	
	Nº Operações Quant.	Valor		Nº Operações Quant.	Valor		Nº Operações Quant.	Valor		Valor	Classificação
		R\$ milhões	%		R\$ milhões	%		R\$ milhões	%		
Abaetetuba	9.337	42,32	5,90	1.025	8,49	1,47	10.362	50,81	3,93	0,6657	Agrícola
Acará	4.375	23,49	3,28	845	9,38	1,62	5.220	32,87	2,54	0,4295	Medianamente Agrícola
Augusto Corrêa	2.256	15,79	2,20	238	2,29	0,40	2.494	18,09	1,40	0,7463	Agrícola
Aurora do Pará	1.016	8,04	1,12	3.590	52,37	9,07	4.606	60,42	4,67	-0,7338	Pecuarista
Baião	6.616	37,72	5,26	2.408	26,07	4,51	9.024	63,80	4,93	0,1827	Medianamente Agrícola
Bonito	273	2,57	0,36	288	2,86	0,50	561	5,43	0,42	-0,0546	Medianamente Pecuarista
Bragança	3.305	19,57	2,73	1.192	8,04	1,39	4.497	27,61	2,13	0,4176	Medianamente Agrícola
Cachoeira do Piriá	329	1,19	0,17	487	5,08	0,88	816	6,27	0,48	-0,6217	Pecuarista
Cametá	14.863	50,37	7,03	2.334	10,35	1,79	17.197	60,72	4,69	0,6591	Agrícola
Capanema	3.911	24,06	3,36	1.626	21,23	3,68	5.537	45,29	3,50	0,0626	Medianamente Agrícola
Capitão Poço	5.101	82,13	11,46	3.560	54,11	9,37	8.661	136,25	10,53	0,2057	Medianamente Agrícola
Colares	163	0,50	0,07	139	0,78	0,14	302	1,28	0,10	-0,2222	Medianamente Pecuarista
Concórdia do Pará	1.348	5,47	0,76	542	5,32	0,92	1.890	10,79	0,83	0,0140	Medianamente Agrícola
Curuçá	1.801	10,91	1,52	367	11,16	1,93	2.168	22,07	1,70	-0,0114	Medianamente Pecuarista
Garrafão do Norte	2.159	15,17	2,12	1.455	15,01	2,60	3.614	30,17	2,33	0,0053	Medianamente Agrícola
Igarapé-Açu	2.065	19,95	2,78	145	4,41	0,76	2.210	24,36	1,88	0,6382	Agrícola
Igarapé-Miri	5.660	43,33	6,04	880	2,14	0,37	6.540	45,47	3,51	0,9058	Agrícola
Ipixuna do Pará	644	5,55	0,77	1.558	21,01	3,64	2.202	26,55	2,05	-0,5823	Pecuarista
Irituia	1.440	6,77	0,94	1.042	12,91	2,24	2.482	19,68	1,52	-0,3116	Medianamente Pecuarista
Limoeiro do Ajuru	905	3,66	0,51	573	1,36	0,24	1.478	5,01	0,39	0,4582	Medianamente Agrícola
Mãe do Rio	539	4,37	0,61	2.448	41,92	7,26	2.987	46,30	3,58	-0,8111	Pecuarista
Magalhães Barata	555	1,23	0,17	89	0,32	0,06	644	1,55	0,12	0,5896	Agrícola
Maracanã	574	3,15	0,44	67	1,33	0,23	641	4,48	0,35	0,4072	Medianamente Agrícola
Marapanim	1.019	5,50	0,77	84	3,73	0,65	1.103	9,23	0,71	0,1916	Medianamente Agrícola
Mocajuba	6.666	44,10	6,15	1.451	2,60	0,45	8.117	46,71	3,61	0,8886	Agrícola
Moju	2.460	28,66	4,00	866	25,27	4,38	3.326	53,92	4,17	0,0629	Medianamente Agrícola
Nova Esperança do Piriá	1.300	8,39	1,17	935	10,13	1,75	2.235	18,52	1,43	-0,0942	Medianamente Pecuarista
Nova Timboteua	833	7,41	1,03	72	2,66	0,46	905	10,07	0,78	0,4717	Medianamente Agrícola

Oeiras do Pará	1.192	3,42	0,48	393	0,90	0,16	1.585	4,32	0,33	0,5842	Agrícola
Ourém	1.915	13,39	1,87	349	9,77	1,69	2.264	23,16	1,79	0,1563	Medianamente Agrícola
Peixe-Boi	210	0,77	0,11	116	1,06	0,18	326	1,83	0,14	-0,1573	Medianamente Pecuarista
Primavera	172	0,93	0,13	12	0,35	0,06	184	1,28	0,10	0,4516	Medianamente Agrícola
Quatipuru	116	0,30	0,04	184	0,73	0,13	300	1,03	0,08	-0,4184	Medianamente Pecuarista
Salinópolis	888	1,92	0,27	251	2,30	0,40	1.139	4,22	0,33	-0,0886	Medianamente Pecuarista
Santa Luzia do Pará	811	4,61	0,64	971	15,72	2,72	1.782	20,33	1,57	-0,5468	Pecuarista
Santa Maria do Pará	920	13,97	1,95	292	9,34	1,62	1.212	23,32	1,80	0,1985	Medianamente Agrícola
Santarém Novo	370	2,41	0,34	33	3,15	0,55	403	5,56	0,43	-0,1340	Medianamente Pecuarista
São Caetano de Odivelas	378	3,76	0,52	562	1,75	0,30	940	5,51	0,43	0,3653	Medianamente Agrícola
São Domingos do Capim	783	11,99	1,67	246	15,58	2,70	1.029	27,57	2,13	-0,1300	Medianamente Pecuarista
São Francisco do Pará	1.635	16,50	2,30	166	3,85	0,67	1.801	20,36	1,57	0,6213	Agrícola
São João da Ponta	589	1,36	0,19	12	0,07	0,01	601	1,43	0,11	0,9052	Agrícola
São João de Pirabas	915	2,17	0,30	2.511	8,33	1,44	3.426	10,50	0,81	-0,5865	Pecuarista
São Miguel do Guamá	925	10,21	1,42	355	11,95	2,07	1.280	22,16	1,71	-0,0785	Medianamente Pecuarista
Tailândia	525	17,36	2,42	1.660	32,45	5,62	2.185	49,80	3,85	-0,3030	Medianamente Pecuarista
Terra Alta	925	3,51	0,49	34	1,27	0,22	959	4,79	0,37	0,4684	Medianamente Agrícola
Tomé-Açu	3.326	48,36	6,74	1.394	66,14	11,45	4.720	114,49	8,85	-0,1553	Medianamente Pecuarista
Tracuateua	1.790	18,31	2,55	1.275	4,31	0,75	3.065	22,62	1,75	0,6185	Agrícola
Vigia	1.037	7,19	1,00	1.135	6,56	1,14	2.172	13,75	1,06	0,0457	Medianamente Agrícola
Viscu	2.467	13,16	1,84	1.310	19,54	3,38	3.777	32,70	2,53	-0,1950	Medianamente Pecuarista
Nordeste Paraense	103.402	716,98	100,00	43.567	577,45	100,00	146.969	1.294,43	100,00	0,1078	Medianamente Agrícola
Estado do Pará	216.446	2.105,00	-	341.067	5.272,00	-	557.513	7.377,00	-	-0,4293	Medianamente Pecuarista
Part. % do Nordeste Paraense	47,77	34,06	-	12,77	10,95	-	26,36	17,55	-		

Fonte: elaborado a partir de dados do Banco Central do Brasil (BACEN, 2011).

Nota: valores corrigidos para R\$ Mil (Base: dez./2010) pelo IGP-DI da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Tabela 2 – Agências bancárias instaladas nos municípios do Nordeste Paraense, mar. 2012.

Município	Agências/PAA	Data de Fundação				
Abaetetuba	Bradesco, BB, BANPARÁ, BASA, CEF	28/08/1979	24/08/1976	20/10/1967	09/09/1956	08/01/1953
Acará	Bradesco, BB	09/11/2011	22/03/2004			
Augusto Corrêa	Bradesco, BB	08/11/2011	22/03/2004			
Aurora do Pará	Bradesco	02/12/2011				
Baião	BB	22/03/2004				
Bonito (*)	Bradesco	-				
Bragança	Bradesco, BB, BANPARÁ, BASA, CEF	29/12/2010	13/03/1981	20/02/1976	15/11/1948	03/04/1944
Cachoeira do Piriá (*)	Bradesco	-				
Colares (*)	Bradesco	-				
Cametá	Bradesco, BB, BANPARÁ, BASA, CEF	09/11/2011	11/11/1988	17/11/1978	01/02/1974	07/09/1956
Capanema	Bradesco, BB, BANPARÁ, BASA, CEF, ITAÚ	24/02/1978	11/12/1986	07/07/1989	30/07/1955	12/05/1955 21/03/2011
Capitão Poço	Bradesco, BB, BANPARÁ	14/10/2011	02/06/1975	30/11/1967		
Concórdia do Pará	Bradesco, BANPARÁ	09/11/2011	26/03/1990			
Curuçá	Bradesco, BB	24/10/2011	09/12/1986			
Garrafão do Norte (*)	BANPARA	-				
Igarapé-Açu	Bradesco, BB	03/12/1986	03/10/1977			
Igarapé-Miri	Bradesco, BB, BASA	21/11/2011	21/01/2005	06/11/1970		
Ipixuna do Pará	Bradesco, BB, BANPARA (*)	15/12/2011	20/02/2009			
Irituia	Bradesco, BB	14/11/2011	11/12/1986			
Limoeiro do Ajuru (*)	Bradesco	-				
Mãe do Rio	Bradesco, BB	23/08/1976	14/03/1991			
Magalhães Barata	Bradesco	-				
Maracanã	BANPARÁ	30/11/1967	30/11/1967			
Marapanim	Bradesco, BB	11/11/2011	11/08/2011			
Mocajuba	Bradesco, BB	09/11/2011	09/05/1991			
Moju	Bradesco, BB	08/11/2011	09/12/1986			
Nova Esperança do Piriá	Bradesco	08/12/2011				
Nova Timboteua	Bradesco, BB	07/11/2011	03/12/1986			
Oeiras do Pará (*)	Bradesco	-				
Ourém	Bradesco, BB	09/11/2011	22/03/2004			
Peixe-Boi (*)	Bradesco	-				
Primavera (*)	Bradesco	-				
Quatipuru (*)	Bradesco	-				
Salinópolis	Bradesco, BB, CEF	10/11/2011	12/09/2002	09/12/2011		
Santa Luzia do Pará (*)	Bradesco	-				
Santa Maria do Pará	BB	03/12/1986				
Santarém Novo (*)	Bradesco	-				
São Caetano de Odivelas (*)	Bradesco	-				
São Domingos do Capim	Bradesco, BB	03/11/2011	09/12/1986			
São Francisco do Pará	Bradesco, BB	24/10/2011	03/12/1986			
São João da Ponta (*)	Bradesco	-				
São João de Pirabas (*)	Bradesco	-				
São Miguel do Guamá	Bradesco, BB, BASA	20/10/2011	03/12/1986	27/11/1978		
Tailândia	Bradesco, BB, BASA	04/11/2011	17/02/1992	27/03/2006		
Terra Alta (*)	Bradesco	-				
Tomé-Açu	Bradesco, BB, BASA	03/07/1979	12/10/1976	10/11/1970		
Tracateua	Bradesco, BANPARA (*)	09/11/2011				
Vigia	Bradesco, BB, BANPARA	01/11/2011	14/03/1991	06/12/1989		
Viseu	Bradesco, BB, BANPARA	16/11/2011	11/07/2006	09/04/1990		

Fonte: BACEN (2012a; 2012b). Nota: (*) indica município que possui apenas PAA ou quando utilizado ao lado de uma instituição financeira que a mesma é um PAA.